

SAINI, Angela. **Inferior: how science got women wrong and the new research that's rewriting the story**. Beacon Press, 2017. 224p.

Lara Cannone*

* Psicóloga pela Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública. Mestranda em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos pela Universidade Federal da Bahia (PPGNEIM/UFBA)

O livro, publicado pela primeira vez em 2017, ganhou a versão em português no ano seguinte com o título de “Inferior é o car*lhØ: eles sempre estiveram errados sobre nós”; em uma tradução literal, seria algo próximo de “Inferior: como a ciência se enganou a respeito das mulheres e novas pesquisas que têm reescrito a história”. Constando de introdução, 8 capítulos e considerações finais, a escrita não obedece o rigor asséptico e interage com a/o leitor/a, trazendo por vezes experiências pessoais da autora.

Cada capítulo se inicia com uma frase de efeito de uma personalidade notável para a causa das mulheres: Simone de Beauvoir; Ashley Montagu; Mary Wollstonecraft; Charlotte Perkins Gilman; Rosalyn Sussman Yalow; Naomi Wolf; Gloria Steinem e Betty Friedan. Ademais, a escolha de Saini foi de abordar temas diversos, discutidos separadamente, ao longo das 8 divisões dos capítulos.

A temática das diferenças sexuais certamente, que sempre teve uma forte inserção entre os interesses da Ciência reemerge no século XXI, esquentando as explicações científicas com novas roupagens. A obra traz entrevistas com referências no âmbito científico, trechos de estudos e bibliografia atualizada sob diferentes pontos de vista a respeito de gênero e, particularmente, das mulheres. Sob uma ótica crítica, Saini se utiliza do ceticismo para evidenciar que algumas pesquisas, desde o século XIX até 2016, podem conter bases sexistas que contaminam os resultados e reforçam estereótipos nas áreas da neurociência, psicologia, medicina, antropologia e biologia evolutiva.

Dessa maneira, os temas escolhidos circulam nas questões biológicas, de sexualidade e papéis sociais de homens e mulheres, destrinchados em tópicos como: a inferioridade da mulher e superioridade do homem; quadro de saúde e doença entre os sexos; diferenças inatas cerebrais e corporais; trabalho feminino; sexualidade e interesse sexual entre os sexos; o papel das mulheres depois da menopausa.

A discussão é aberta pela problemática da produção científica, a qual pode conter em si traços de preconceito e pouca objetividade no que concerne ao conhecimento sobre as mulheres desde os primórdios da humanidade até os tempos atuais, o que é extremamente problemático por exercer grande influência no pensamento coletivo.

A discussão não permeia a real aptidão das mulheres, visto que em idade escolar as meninas têm desempenhos tão satisfatórios quanto os meninos, mas

não há o investimento na vida adulta em carreiras cientificamente valorizadas, como as exatas. Exemplificando com as premiações do Nobel (1901-2015), têm-se 822 homens e 48 mulheres - sendo 30 dessas mulheres nas áreas de Literatura e Paz.

A autora salienta que é uma questão que envolve uma multiplicidade de fatores que não podem ser desonestamente resumidos à biologia. Trata-se da exclusão histórica das mulheres na ciência, de subrepresentação feminina na produção de conhecimento, sexismo estrutural, assédio no trabalho, atribuições desiguais no lar e com os filhos, restrição de oportunidade de trabalho para mulheres que são mães quando o mesmo não acontece com os homens que são pais e casados. Desse modo, o privado interfere no público, e vice-versa.

A explicação que ainda persiste é a falta de capacidade das mulheres para exercer funções as quais os homens dominam, aliada à restrição de nível mental e orgânico - daí o título “Inferior”. O livro discute a organização humana socialmente construída em lógicas binárias, opostas e complementares que são retroalimentadas e diretamente atreladas à natureza inata quando, na verdade, têm influência cultural e histórica. Não se trata de ignorar as diferenças biológicas, mas que elas não sejam impedimentos para vidas não roteirizadas.

Resgatando aspectos históricos, Saini relembra que a ciência foi fundada em solo europeu, nos séculos XVI e XVII, com o intuito de reunir os conhecimentos dos homens intelectuais. Homens, literalmente. Por muito tempo, as mulheres foram barradas ou precisavam traçar linhas indiretas de acesso, como poder trabalhar em laboratório por conta do casamento com um cientista. Ilustra a partir do exemplo da The Royal Society of London, fundada em 1663 e só admitiu uma mulher 282 anos depois, em 1945, assim como a escola de Medicina de Harvard.

Sob argumentos de que as mulheres tinham como propósito de vida engravidar, alegava-se que o estímulo do intelecto poderia atrapalhar a fertilidade. As mulheres cientistas sempre se fizeram presentes, mas foram omitidas da história, tiveram suas contribuições menosprezadas ou atribuídas a colegas homens somente pelo fato de serem mulheres. A lista continua: não eram remuneradas, proibidas de ganhar prêmios, de frequentar os grupos de cientistas, de divulgarem suas descobertas.

O primeiro exemplo feminino do livro trata da história de Caroline Kennard que escreveu diretamente para Charles Darwin após ter presenciado um homem

utilizar da teoria darwinista para atestar a inferioridade feminina. Na ocasião, ela obteve uma resposta de Darwin na qual ele indicou que, pela sua leitura das leis hereditárias, as mulheres de fato seriam intelectualmente inferiores e acrescenta que só poderiam se igualar aos homens caso fossem chefes de família, o que seria totalmente caótico, porque poderia desorganizar a estrutura do lar, das crianças e das relações familiares.

Saini faz a crítica para demonstrar que a ciência reflete o seu tempo, até quando se trata de cientistas brilhantes. Darwin, como homem da era vitoriana, reflete isso nos seus estudos. Não só ele, mas muitos dos principais destaques da ciência, como seu primo Francis Galton, que dedicou um estudo a elencar em grau de beleza as mulheres britânicas.

Utilizando-se da explicação evolutiva, os machos das espécies foram colocados, pelo homens da Ciência, em vantagem, por supostamente terem que desenvolver atributos para conquistar as fêmeas. Na espécie humana esse discurso se repete por meio da ideia do desenvolvimento do intelecto no homem, enquanto a mulher não precisou dessa estratégia por estar na posição passiva, o que culminou em ser menos evoluída. Como traz o livro de 1871, *The Descent of Man*, de Charles Darwin, a única maneira de meninas terem características superiores, ou seja masculinas, seria herdando do pai.

Prosseguindo na trilha da biologia, outro marco se deu com a descoberta dos hormônios sexuais, principalmente o estrógeno, a progesterona e a testosterona a partir de experimentos alemães com galos, em 1849. É a partir desse com base nesta nova evidência científica da masculinidade e da feminilidade, potencializa-se a febre da indústria farmacêutica em manipulá-las a partir dos anos 1920.

As tentativas de resumir as diferenças sexuais a níveis hormonais e orgânicos vem sendo combatidas paralelamente, como se pode ver no estudo da antropóloga Margaret Mead que expôs, em 1949, as diferenças com bases culturais nos comportamentos de homens e mulheres em tribos não ocidentais. Essa corrente seguiu mais substancialmente com a Segunda Onda do Feminismo, a partir de 1960, quando as feministas adentraram em massa nas universidades e desafiaram os saberes promulgados. Todos esses movimentos abriram margem para uma gama de estudos interdisciplinares, que, contudo, continua tendo lacunas e controvérsias.

Ao longo do texto de Saini, é demonstrado que os estudos favoráveis às diferenças sexuais começam desde os neonatos com experimentos variados. A partir de Jean Piaget, as pesquisas começam a se atentar para as habilidades dos bebês, não mais os vendo como seres sem nenhum repertório. Cita-se assuntos como o desenvolvimento cognitivo de bebês por sexo, ou a investigação precoce das diferenças, antes da contaminação cultural, em que medida são inatas ou aprendidas socialmente - visto que a autopercepção de gênero parece ser localizada por volta dos 2 ou 3 anos de idade, se firmando nas crianças as diferenças e os estereótipos sexuais entre os 4 e 6 anos.

O texto destaca ainda a expectativa em muitos países de que os bebês nasçam meninos, e o tratamento hostil quando vem uma menina em lugares como o sul da Ásia, peculiares à China e Índia. Quando se descobre que se trata de uma menina (atualmente facilitado pela tecnologia da ultrassom), é costumeiro o aborto induzido, a morte intencional após o nascimento ou a criação hostil. As grávidas têm tratamento diferenciado de acordo com o sexo do bebê, podendo ser maltratadas, torturadas e sofrerem abortos compulsórios.

Adentrando a esfera da saúde, expõe um dado curioso e sem consenso: apesar do corpo masculino ser maior e mais forte, o corpo feminino é mais preparado para sobreviver desde o nascimento até a vida adulta; ou seja, a biologia fortalece as meninas, mas o contexto social coloca os meninos em menor risco. Meninos que nascem prematuros, na mesma condição de meninas, têm mais vulnerabilidade podendo falecer, ficar mais tempo no hospital, ter intercorrências crônicas, problemas respiratórios, cerebrais ou alguma deficiência. A gravidez também difere: a placenta e a defesa imunológica contra infecções se fortalecem quando se trata de uma menina.

Saini coloca que não há explicações para esses dados, mas as mulheres costumam viver mais e ser mais adaptáveis à sobrevivência que os homens. Traz o contexto, mas que ele por si só não dá conta, já que os homens se expõem a mais riscos e a hábitos de vida não saudáveis. Em termos de estimativas, em 2016, das pessoas ao redor do mundo que passaram a idade de 110 anos, 2 eram homens e 46 eram mulheres. As mulheres sobrevivem mais, no entanto, não são mais saudáveis que os homens. Isso porque, apesar de sobreviverem, são submetidas a muitas dificuldades e as mazelas delas decorrentes permanecem.

Até aqui é possível notar que as pesquisas que se endereçam a investigar as diferenças entre os sexos são

inesgotáveis, nos tópicos, localizações geográficas e métodos. No entanto, quando se trata da inclinação para a valorização dos assuntos femininos, não há quase investimento algum.

Em questões de saúde, por exemplo, os diagnósticos costumam ser s mais facilmente identificados quando se tratam de homens. Isso porque a testagem de drogas, remédios e manifestações patológicas geralmente não é feita com cobaias do sexo feminino, já que é mais barato realizar só com organismos machos. Paradoxalmente, o campo que justamente deveria considerar as diferenças sexuais, em geral, se concentra em um sexo, o masculino, e generaliza seus dados para ambos os sexos.

Isso traz efeitos nocivos para a saúde das mulheres, assim como coloca em segundo plano estudos relativos a condições que atingem mais mulheres do que homens. Inserir corpos femininos nas pesquisas ajudaria não só a melhorar a saúde das mulheres, mas da população como um todo por fornecer evidências comparativas, por sair da ideia do corpo neutro que deixam várias lacunas nos estudos. Não com intuito de segregar ainda mais os sexos, ou reafirmar o binarismo pelo corpo, mas de desmistificar ou comprovar determinados conhecimentos em prol de todos.

Seguindo na discussão, surge o assunto fortemente contemporâneo dos estudos sobre o cérebro. Desde os anos 2000, se popularizou o discurso sobre cérebros distintos para homens e mulheres, classificando como mais empáticos os cérebros das mulheres e mais pragmáticos os dos homens. Questões polêmicas emergem, como a tecnologia que tem suscitado maior refinamento através dos métodos de imagem, os resultados que nem sempre convergem para o politicamente correto, o caso dos intersexuais e de pessoas que foram conduzidas a serem socializadas por um gênero e não se identificaram, levantam a questão sobre até que ponto a biologia interfere nas condutas.

Nesse ponto, a autora referencia Melissa Hines, psicóloga e professora em Cambridge, estudiosa das diferenças psicológicas de gênero com base cerebral e hormonal. Suas pesquisas indicam algumas diferenças comportamentais, porém, com a replicabilidade frágil dos resultados. Na verdade, ela relata que na maioria das funções psíquicas (habilidades motoras finas, inteligência, rotações mentais, visão espacial, habilidade matemática, fluência verbal e vocabulário), não existem diferenças baseadas no sexo: os dados de crianças do sexo masculino e do feminino têm mais sobreposições que divergências, em variadas pesquisas, em variados contextos.

Hines e outras pesquisadoras como Anne Fausto-Sterling e Teodora Gliga explicam que as diferenças de fato existem, mas o perigo está em afirmá-las enquanto puramente biológicas. Separar incisivamente crianças por sexo produz diferenças no desenvolvimento em nível cognitivo e de habilidades. Por conta do binarismo, deixa-se de considerar a história dos corpos individuais, do desenvolvimento particular de cada um, que difere de qualquer outro, independentemente do gênero.

Elas defendem que as disparidades poderiam ser reparadas caso a influência cultural fosse valorizada, e que esse projeto é incisivamente prejudicado por conta da caça incessante de cientistas pelas diferenças entre homens e mulheres baseada na biologia, agora cada vez mais pela via cerebral.

O caso histórico de Helen Hamilton Gardener chega em determinada parte do texto para ilustrar esse processo. Escritora e ativista pelos direitos das mulheres no século XIX, ela denunciava a ciência por colocar a mulher em posição subalterna ao homem, alegando um cérebro menos desenvolvido por conta do peso. Gardener deixou postumamente seu cérebro para a comunidade científica com o propósito de contribuir para demonstrar que as mulheres não eram inferiores. De fato, seu cérebro era mais leve, mas as pesquisas indicaram que isso não significava inferioridade, só tinha a ver com a estatura proporcional ao corpo do indivíduo, assim como ela tentou provar em vida sem ser levada a sério pelos colegas.

Mas isso não foi o suficiente para extinguir pesquisas defensoras dos cérebros diferentes. Os resultados reforçam a complementaridade dos sexos, assim como discursos religiosos e da ascensão iluminista discorriam sobre as funções opostas, discursos estes utilizados para segregar os espaços de envolvimento e atribuir papéis específicos para cada sexo, ocasionando estereótipos sexuais e rigidez de performance.

Há toda uma discussão polêmica na área das neurociências sobre dados falsos propagados amplamente como verdadeiros, por conta da pressão em publicar, da severidade das revistas em resultados estatisticamente significativos, uso de amostras constituídas de pequenas populações cujos dados são generalizadas e resultados extrapolados.

Saini reforça que a maioria dos estudos não encontra diferenças, mas os pesquisadores só publicam os que as acham, porque é isso que chama a atenção do meio. O perigo dessas pesquisas está nas interpretações para além dos dados. As pessoas tendem a afirmar os

estereótipos e preconceitos, mesmo que não estejam escritos no artigo, porque faz parte da condição humana a necessidade de categorizar a si própria. Ademais, é mais fácil aceitar estudos que confirmem o óbvio que se vê nas relações sociais, do que os que as criticam.

A questão da plasticidade cerebral, quesito importante para explicar habilidades e desenvolvimento de determinadas áreas, também tem sido pouco explorada nesses estudos. De fato, a experiência de ser mulher pode moldar o cérebro, mas por conta da forma que ela é socializada e pelo período sócio-histórico. Por exemplo, nos EUA, o número de meninos e meninas com habilidades matemáticas tem se igualado desde os anos 1970-80, mas a maioria dos exemplos novamente costumam invisibilizar os dados que privilegiam a igualdade.

Sarah Blaffer Hrdy é uma das pesquisadoras mais citadas durante o livro e abre o tópico sobre as questões evolutivas. Docente da Universidade da Califórnia, antropóloga e primatologista, considera-se uma darwinista feminista. Refere que a primatologia hoje é uma área bastante feminina, mas começou disseminando a ideia de que a evolução foi possível por conta dos comportamentos masculinos - caça, competitividade, agressividade, inteligência, criatividade.

A partir de 1970, estudos de antropólogas demonstram que, se a masculinidade fosse a única responsável, não teríamos hoje diferenças tão ínfimas entre os sexos do ponto de vista psicológico. Outra crítica é transferir os comportamentos de primatas para humanos como se fossem completamente análogos, mesmo se tratando de espécies distintas e ignorando-se completamente o papel da cultura.

Segundo esses estudos, enquanto os homens caçavam animais de grande porte, as mulheres coletavam alimentos que eram a maior fonte de nutrição do grupo (raízes, plantas, animais pequenos), cozinhavam, cuidavam das crianças e ainda faziam instrumentos, mas o material associado a essas atividades, de natureza biodegradável, não deixou provas. O cuidado com os bebês foi fundamental para desenvolver a linguagem humana, assim como as mulheres eram também resistentes e colhiam alimentos, mesmo grávidas. A vida moderna e sedentária teria invisibilizado essa imagem da mulher, que passou a ter seu corpo atribuído meramente à estética.

A essa altura, é evocado o assunto da maternidade e da paternidade, por ser usado para atestar esses lugares

rígidos dos papéis de gênero, sendo muito mais relacionado ao destino o caso das mulheres. No entanto, a discussão traz o registro de evidências de que a maternidade humana não é instintiva e que o compartilhamento dos cuidados é uma necessidade básica. Estudos antropológicos mostram várias formas de exercer a paternidade e a maternidade pelo mundo e reforçam que a plasticidade é peculiar ao ser humano, de modo que o meio pode moldar pais e mães engajados ou ausentes.

Arelada à ideia da mulher como mãe, vem a da sexualidade feminina muito difundida como monogâmica e em busca do par perfeito, enquanto o homem seria poligâmico e direcionado para experiências sexuais. A teoria da seleção natural mais uma vez ressurge e imprime nas fêmeas das espécies a marca da passividade e nos machos a disputa ativa, a qual inclusive os fazem ter características estéticas para se destacar - como o leão e o pavão.

O biólogo evolucionista Robert Trivers argumenta que a mulher precisa ser mais criteriosa porque a reprodução é mais exigente com ela por conta dos nove meses de gravidez, dos poucos óvulos e do período da amamentação; enquanto o homem pode ser promíscuo porque a produção de espermatozoides é constante. Logo, a mulher teria pouco interesse no sexo quando consegue o objetivo de engravidar, já o homem tem a necessidade de traír. Alguns segmentos da psicologia evolucionista também são aliados desta perspectiva: o homem precisa desenvolver mais habilidades, portanto, ser mais evoluído para conquistar as mulheres.

Mais uma vez, Saini mostra como Hrdy desmistifica uma série dessas teorias. Coloca que os comportamentos de primatas machos são muito mais observados que os das fêmeas, por as pré-conceber enquanto passivas, o que influencia os resultados. Acrescenta que as fêmeas também possuem comportamento agressivo, quando necessário, e interesse sexual ativo. A poligamia, ao contrário do que é disseminado, é praticada por fêmeas e também funciona como estratégia para diminuir a morte dos filhotes, visto que os machos cometem infanticídio quando não conseguem atestar a paternidade.

Outras espécies de fêmeas também apresentam comportamento poligâmico: alguns pássaros, salamandra, grilo, esquilo, cachorro, besouro. É uma realidade presente entre humanos também, como indicam pesquisas de Brooke Scelza, estudiosa do comportamento humano, em que ela apresenta vários povos humanos em que as mulheres são sexualmente ativas e têm múltiplos parceiros.

Tudo isso suscita uma questão polêmica, que é a valorização da castidade feminina e devoção ao homem que legitima práticas de tortura que se reatualizam ao longo do tempo em nome do casamento. Cita a mutilação genital na África e Oriente Médio com cerca de 125 milhões de mulheres e meninas vivas acometidas; o costume chinês dos pés-de-lótus; o mascaramento da puberdade, em Camarões e no Oeste da África, em que se evita o crescimento dos seios com objetos quentes pressionados contra o peito.

A autora questiona como a ciência pode afirmar que as mulheres são mais recatadas sem considerar essa série de violências culturais que as obrigam a serem assim, já que a repressão da sexualidade feminina sempre foi uma das bases das civilizações. Adiciona os demais fatores constantes como o perigo do estupro, violência doméstica, casamentos forçados, punições diversas, restrições materiais e simbólicas, limitações legais em alguns países e dogmas religiosas.

Tentando dar conta de explicações que abordem os primórdios da dominação masculina, baseia-se em Engels e Gerda Lerner. Em seus estudos, salientam a relação entre o fim do nomadismo com a opressão das mulheres. O acúmulo de bens e a necessidade de mantê-los entre os herdeiros legítimos aumentou o controle sobre a mulher, e sua sexualidade, para garantir a fidelidade, a mulher passa a ser mais uma das propriedades do homem, o que culmina na associação entre patriarcado, esfera privada e pública.

Indo em direção ao final do livro, abre a discussão sobre mulheres que passaram do período fértil, característica que pode ser vista durante todo o livro como norte da missão feminina. Sendo assim, qual seria o lugar da menopausa e das mulheres mais velhas? Historicamente, mulheres menopausadas foram (ou são) vistas como inúteis, bruxas, deixam de ser atraentes, incompreendidas. Foram queimadas em fogueiras, internadas em asilos e manicômios, cobaias de tratamentos - drogas, remoção dos ovários, isolamento social, banhos quentes.

Promessas de manter a juventude através dos hormônios começaram, então, a ser feitas para amenizar o dito ônus da menopausa. Desde os anos 1930 essa ideia orienta certas pesquisas, com o suporte da indústria farmacêutica que distribui no mercado produtos de reposição hormonal que vendem o prolongamento da juventude. Consequentemente, direcionar a menopausa com se fosse uma doença tem efeitos negativos para a saúde mental e estigmas dessas

mulheres, além dos efeitos nocivos dos produtos, como câncer e outras complicações.

A “teoria da avó”, por Kristen Hawkes, vem para substituir essa imagem da mulher velha inútil, configurando a menopausa como uma proteção à espécie, sendo a longevidade uma estratégia para as mulheres continuarem cuidando de suas famílias e descendentes. As avós, com sua experiência, facilitariam assim a sobrevivência dos netos e teriam uma grande importância evolutiva. Mas, a hipótese da avó não é aceita por todos.

É possível identificar posicionamentos teóricos bem distintos e, por vezes, opostos sobre o mesmo tema. O interessante é que Angela Saini expõe esse leque para instigar o questionamento crítico a todo tempo no/a leitor/a.

Concluindo a obra, a autora compartilha que o assunto do determinismo biológico de gênero na ciência e seus impactos nas vidas das pessoas foi o propulsor para a motivação da sua escrita. Salienta que todas/os as/os cientistas que foram entrevistadas/os com o comprometimento de fornecer dados mais justos sobre as mulheres, se autodeclararam feministas. Assim, coloca que o feminismo possibilitou o olhar científico sobre questões que ignoradas ou desvirtuadas pela ciência: menstruação, gravidez, nascimento, sexualidade, trabalho, carreira, amor, entre muitos outros.

Adverte que todo avanço é seguido de tensões contrárias, nomeadas de backlash, e elenca algumas problemáticas contemporâneas: o infanticídio de meninas na Ásia; a mutilação genital na África; a resistência à legalização do aborto nos EUA; o paradoxo nórdico em garantir igualdade na lei, mas ter taxas de aumento da violência contra a mulher por companheiros agressores.

Justamente por todos os fatos apresentados ao longo do texto (que não se esgotam nas discussões apresentadas), reitera que a ciência tem grande responsabilidade por conta de tudo que foi produzido no passado, por muito que ainda é reproduzido e que influencia perspectivas futuras. Retomando o título do livro, Saini refuta a ideia de que existe um sexo inferior e outro superior, sendo favorável à extinção de lógicas desiguais de poder entre homens e mulheres. Por fim, afirma ser controverso manter estereótipos de gênero em tempos em que os seres humanos dominam tantas tecnologias que ultrapassaram a biologia ao tempo em que apontam claramente para a imprevisibilidade da natureza.

Breve biografia da autora:

Nascida em Londres, Angela Saini é jornalista de 39 anos e possui mestrado em engenharia pela Universidade de Oxford. Ganhou prêmios pelo seu trabalho de crítica à ciência e vem sido aclamada por plataformas como a BBC, the Economist e the Guardian. Saini é autora de 3 livros (Superior; Inferior; Geek Nation) e estudiosa do jornalismo científico.